

## ATA DA 164ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA LEOPOLDO DE MEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Aos 15 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às 12 horas, no auditório Marcos Morais, teve início a 164ª reunião do Conselho Deliberativo do IBqM. Compareceram: A Diretora do Instituto, Russolina Benedeta Zingali; o Professor Titular, Pedro I. de Oliveira; Os Professores Eméritos, Hatisaburo Masuda e Franklin David Rumjanek; os Chefes de Programa, Mariana Sá Pereira, André Marco de Oliveira Gomes, Antônio Galina e Cláudio Masuda; a Representante dos Professores Associados, Carla Ribeiro Polycarpo; a representante dos Professores Adjuntos, Mônica Santos Freitas; as Diretoras Adjuntas, Sônia Maria Ramos Vasconcelos e Carmen Lúcia da Silva Amaral; as Representantes dos Técnicos Administrativos, Denise de Freitas Campos e Andressa Piedade Motta; por fim, a Representante dos Alunos de Pós-Graduação, Andréia Cristina Galina.

**Havendo quórum**, A Professora Russolina Benedeta Zingali iniciou a reunião convidando a representante do SINTUFERJ, Neuza Luzia, para falar sobre os problemas com cortes de insalubridade na UFRJ. A profissional informou que um acordão do TCU estipulava novas regras para a concessão do benefício (exemplos: corte para os cargos de chefia, cortes baseados no SIAPE do colaborador ou conjuntos de cargos). No entanto, ela considera este novo regramento em desacordo com as leis que regem o tema. O sindicato procurou a reitoria para apontar as incoerências encontradas, no entanto, foi informada que a universidade deveria seguir os trâmites considerados pelo tribunal sob pena de multa por parte de seus dirigentes. Diante daquela situação ela solicitou aos profissionais que perderam seu benefício (3800 pessoas) que recorressem da decisão. Estes recursos levariam à suspensão dos cortes até que a reitoria voltasse aos setores para nova conferência. Entretanto, não haveria chance de laudos favoráveis, pois a reitoria não dispõe de equipamentos para análise quantitativa. Para suprir esta necessidade o sindicato contratou uma assessoria técnica especializada e credenciada para fazer os laudos. Neste caso o TCU orienta que os laudos devem ser baseados no padrão da universidade (por pessoa), porém a lei determina que se deva considerar o ambiente (evitando discrepâncias em um mesmo espaço). O sindicato vai adotar a abordagem por unidades do CCS para a elaboração do seu laudo. A intensão do sindicato não é apenas recuperar benefícios perdidos, mas também fomentar a discussão sobre a saúde de todos trabalhadores do centro. Neste sentido, Neuza aponta que não há como mensurar os prejuízos causados por agentes químicos e outros riscos biológicos a saúde do profissional em longo prazo. Ela afirma ainda que, antes de cortarem a insalubridade ou qualquer outro benefício, a universidade deveria investir na política de saúde do trabalhador, pelo menos com exames periódicos. Sobre os laudos, a profissional informou que, na semana que segue a este conselho, será feita uma reunião com os trabalhadores do CCS e o sindicato assim como o profissional responsável pelo laudo. Neste encontro serão passadas as informações técnicas sobre a vistoria, cronograma e possíveis dúvidas quanto à logística das aferições. Ainda no que tange às visitas, será providenciado um formulário para elencar detalhes da rotina de cada laboratório e profissional. Este relatório deverá ser detalhadamente preenchido por todos e visa elencar possíveis variáveis a serem consideradas na vistoria e laudo. Segundo a representante do SINTUFERJ, os laudos estarão disponíveis também para os profissionais não sindicalizados. Após a apresentação do sindicato a diretora do IBqM retomou os informes. A obra do projeto “**Fronteiras**” que antes era desenvolvida horizontalmente (elétrica, hidráulica, alvenaria etc) deveria se adaptar a condição da FINEP de que só poderia liberar recursos (cinco milhões), caso houvesse porções concluídas e utilizáveis da obra. Foi pedido então à FINEP um orçamento para refazer o projeto executivo (adequando à nova demanda) e à universidade que ficasse encarregada da tecnologia da informação e a subestação secundária. Para isso foi solicitado uma contrapartida à universidade de dois milhões de reais (metade em 2019 e a outra em 2020). Este aporte deve ser aprovado em todas as instâncias. Outro projeto FINEP abordado pela professora foi o **contrato de manutenção de equipamentos** comprados com recursos oriundos daquela agencia. Foi decidido em conselho de centro que para este fim, seria feito um projeto do CCS. Uma comissão ficou encarregada de decidir quais projetos seriam agraciados e o projeto do CCS foi um dos escolhidos. Para tais projetos a FINEP exige dados completos e seguir estritamente o edital. **Projetos Temáticos**: houve interpretações diferentes do edital. Alguns entenderam que deveriam fazer o pedido de equipamentos e outros que se trataria apenas de manutenção. Foram

montados projetos baseados nestes dois posicionamentos que estariam sendo avaliados pela comissão FINEP e em breve seria divulgados os contemplados. O IBqM encaminhou projeto em parceria com outros institutos privilegiando a manutenção de equipamentos. A Professora Lina aproveitou este momento para informar sobre outro projeto FINEP chamado "SOS Equipamentos" que seria uma ajuda mensal para despesas com equipamentos acima de trezentos mil reais comprados pela FINEP. No entanto o pedido deveria ser feito pela universidade. **PDI:** Segundo a professora, havia um consenso que o tempo para envio do parecer sobre o PDI era muito curto. Sobre este ponto foram feitas observações sobre o conteúdo muito genérico, abstrato e pouco propositivo dos pontos abordados. Foi apontado que faltou, no PDI, um tópico destinado a "Integridade da Pesquisa". Decidiu-se que deveria ser redigida uma carta informando esta ausência à comissão do PDI. Foi decidido também, que o instituto deveria elaborar um documento único apontando os questionamentos acima e ratificando o interesse em participar da construção do PDI, mas com a ressalva da necessidade de mais tempo.

**Pauta:** **1** - Aprovação das atas de junho e julho. Aprovadas. **2** - Homologação do processo de promoção para Titular do Prof. Mauro Pavão. Homologado. **3** - Aprovação da solicitação de recursos de contrapartida da UFRJ para finalização de um segmento do prédio fronteiras. Aprovado. **4**- Discussão sobre os pedidos de Professor visitante e professor visitante sênior do IBqM e aprovação de solicitação de vagas: Decidiu-se pela composição de um projeto mais generalista e posteriormente para Professor Visitante e um pedido mais específico para Professor Visitante Sênior. Ambos os casos abrindo a concorrência após a liberação das vagas. Aprovado. **5** - Homologação do resultado do pedido de progressão da professora Denise Rocha Correa Lannes, de Associado I para Associado. Homologado. **6** - Afastamentos do país: Russolina Zingali no período de 18 de setembro a 29 de setembro para participar do congresso europeu da International Society on Toxinology. Gustavo da Costa Ferreira missão científica em Baltimore, EUA, do dia 06 de outubro de 2018 a 14 de outubro de 2018. O período solicitado de afastamento é 05 de outubro a 15 de outubro de 2018. Aprovados. **7** - Processos da graduação: exclusão de disciplina de Renata Assis Lopes proc. 23079032377/2018-57. Aprovado. E, nada mais havendo a acrescentar, a reunião foi encerrada pontualmente às 13h45, sendo, esta Ata, lavrada e assinada por mim, Marcio Marins.

|